

RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.344 - RS (2018/0345360-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : ELISANGELA DOS SANTOS BALDISSERA
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que deu provimento à apelação da defesa para absolver a recorrente da prática do delito descrito no artigo 33, *caput*, c/c o artigo 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006, com fundamento no artigo 386, II e VI, do Código de Processo Penal.

Consta nos autos que ELISANGELA DOS SANTOS BALDISSERA foi denunciada como incurso nas sanções do artigo 33, *caput*, c/c o artigo 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006, por trazer, no interior de sua genitália, uma bucha de cocaína, pesando 42,89 gramas, quando tentava ingressar na Casa Prisional na qual estava preso seu companheiro, a pretexto de fazer-lhe uma visita.

Sobreveio sentença que a condenou à pena de 6 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais 510 dias-multa.

Em grau de apelação, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deu provimento à apelação da defesa para absolver a recorrente da prática do delito descrito no artigo 33, *caput*, c/c o artigo 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006, com fundamento no artigo 386, II e VI, do Código de Processo Penal.

Nas razões do presente apelo nobre, o *Parquet* alega violação dos artigos 157, *caput*, 244, 301, 303, e 386, II, todos do Código de Processo Penal, sustentando que a inspeção realizada na acusada se justificou, não podendo ser considerada ilegal.

Requer, ao final, o provimento do recurso especial para que seja afastada a nulidade declarada, prosseguindo a Câmara Criminal na análise do mérito do recurso defensivo, bem como do apelo ministerial tido por prejudicado.

Contrarrazoada a insurgência (e-STJ, fls. 354/366), após o juízo prévio de admissibilidade, os autos ascenderam a este Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, ofertou parecer pelo provimento do inconformismo (e-STJ, fls. 391/399).

É o relatório.

O recurso não comporta conhecimento.

Consoante se verifica dos autos, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul absolveu a recorrida das imputações, por maioria.

O voto condutor do acórdão, de Relatoria do Desembargador Diógenes V. Hassan Ribeiro, entendeu pela absolvição da recorrida sob dois fundamentos: o primeiro no sentido da ilicitude das provas materiais contidas nos autos porque foram obtidas por meio de revista vexatória, que constitui situação humilhante, desrespeita a inviolabilidade da intimidade (art. 5º, X, CF) e constitui afronta ao princípio da dignidade humana (art.

1º, III, CF); bem como em razão da existência de coação moral irresistível exercida por seu companheiro Alexandre Vieira dos Santos, que, mediante ameaça, a obrigava a realizar referida conduta.

O Desembargador Revisor acompanhou o Relator para absolver a ré, mas tão somente pelo segundo fundamento, isto é, pela coação moral irresistível, sob o entendimento de que revista íntima não se reveste de caráter vexatório, porque foi feita após ter havido detecção por aparelho de que a ré trazia em seu interior objeto suspeito (e-STJ, fl. 320).

O terceiro Desembargador divergiu de ambos, votando por negar provimento ao recurso da defesa.

No entanto, conforme relatado acima, as razões do recurso especial do *Parquet* Estadual concerne à ilicitude da prova obtida a partir da revista íntima realizada em visitante que pretendia ingressar em estabelecimento prisional trazendo consigo droga, argumentação totalmente dissociada dos fundamentos do acórdão recorrido.

Dessa forma, sendo patente a deficiência na fundamentação do apelo nobre, no ponto, mostra-se inviável a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, cujo teor é o que segue: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".

Nesse mesmo sentido, veja-se:

REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. ARTIGOS 6º, § 2º E 8º DA LEI N. 9.296/96. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. A falta de demonstração objetiva do ponto omissso, contraditório, obscuro ou ambíguo no acórdão recorrido evidencia a deficiência em sua fundamentação e impossibilita o conhecimento do recurso especial por este Sodalício, por incidência do óbice do Enunciado n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 831.060/SP, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 27/03/2017)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. NOMEAÇÃO E POSSE. PRESCRIÇÃO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULAS 283 E 284/STF. LITISPENDÊNCIA. PEDIDOS DIVERSOS. INÚMEROS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF.

(...)

2. "A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido bem como as razões recursais dissociadas

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem demonstram deficiência de fundamentação do recurso, o que atrai, por analogia, os óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal."

(AgRg no REsp 1507662/PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015) 3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1170131/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 19/10/2015).

Ante o exposto, com fundamento no artigo 255, § 4º, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece do recurso especial.** Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

